

Técnicos da Opas estudam no Rio política global de vigilância sanitária

Brasília — De amanhã até a próxima quarta-feira, técnicos da Organização Panamericana de Saúde (Opas) reúnem-se no Rio de Janeiro com funcionários brasileiros para análise da política global de vigilância sanitária. Entre os participantes destacam-se Jerome Halperin, da Food and Drug Administration, Marcelo Verneco, Sérgio Luís Alves e Marcos Kisil.

Quinze dias depois da reunião, será feito um estudo somente com técnicos brasileiros e a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, para discussão da organização administrativa da Secretaria, principalmente na área do controle orçamentário do próximo ano.

CONTROLE DE MEDICAMENTOS

Segundo o secretário nacional de Vigilância Sanitária, Antônio Carlos Zanini, a necessidade de melhor organização da Secretaria existe porque só assim será possível controlar os medicamentos e alimentos produzidos e comercializados no país. Um dos projetos que facilitarão o trabalho de vigilância será o Pró-Farmaco, que identificará todos os medicamentos produzidos internamente e os que poderão, em breve, ser produzidos.

— Muitas vezes, sai mais barato importar alguns produtos raros e exportar outros como a insulina, que o Brasil vende para vários países.

Este ano a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária gastou Cr\$ 800 milhões, mas segundo estimativas o órgão necessita de 4% do faturamento das indústrias farmacêuticas — aproximadamente Cr\$ 2 bilhões — para efetuar um melhor trabalho de controle. De acordo com Zanini, a função da Secretaria não é questionar o número de medicamentos no país, mas somente fiscalizá-los.

— Porém deve-se levar em conta que um melhor controle será feito na medida em que o número de produtos for menor. A Secretaria de Vigilância não tem o direito legal de interferir no número de medicamentos. A nos compete fazer o controle de qualidade e de eficácia, além de identificar quantos são os produtos e a que empresas pertencem.

Para isso, a Secretaria terminou esta semana a primeira fase do cadastramento computadorizado dos medicamentos existentes no país, de acordo com a classe terapêutica e por substâncias químicas e adaptadas à nomenclatura internacional. Esta classificação inclui os

grupos de associações, isto é, remédios que acrescentam outras substâncias à fórmula original.

CLASSIFICAÇÕES

Existem no Brasil dois tipos de classificação para medicamentos, os registrados e os "civis", aqueles que têm preço no Conselho Interministerial de Preços. Até o final do ano a Secretaria de Vigilância e o CIP se reunirão para decidir uma ação conjunta na área de comercialização dos produtos farmacológicos, no próximo ano. "A eficiência da política de vigilância sanitária depende de uma análise constante e correta do CIP", assegurou Zanini.

A vigilância sanitária pretende, ainda, implementar um sistema de cadastramento das empresas que produzem medicamentos. Segundo Zanini, a criação do sistema só depende do parecer da assessoria jurídica do Ministério da Saúde. O convênio deverá ser feito com uma empresa de processamento de dados da Fundação dos Serviços de Saúde Pública (Fundação Sesp). Hoje, disse ele, 900 empresas lidam com a vigilância sanitária.

— A idéia do Ministério da Saúde é levar medicamentos a toda a população. Atualmente a Ceme usa entre 400 a 600 produtos farmacológicos, atendendo em 100% as necessidades primárias da população, em 95% as necessidades secundárias e em 90% as de tratamento especializado.

Zanini informou ainda que "o Pró-Farmaco é a garantia para obtenção dos medicamentos essenciais, dando preferência aos produtos da indústria nacional".